



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de outubro de 2012, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.ºs 70 e 71/XII;
2. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 281/XII - Determina a reabertura da possibilidade de requerer a reintegração ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril (BE) - Relator: Deputado João Rebelo (CDS-PP);
3. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 100/XII - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013 - Relator: Deputado Helder Sousa Silva (PSD);
4. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII - Aprova o Orçamento do Estado para 2013 - Relator: Deputado Nuno André Figueiredo (PS);
5. Apreciação da proposta do GP/PS para a realização de um encontro da Comissão com o Comandante Supremo das Forças Armadas;
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, declarou aberta a reunião e informou que haveria uma inversão dos pontos constantes da ordem do dia, a pedido do autor do parecer da proposta de lei n.º 103/XII, que teria de, nessa mesma tarde, apresentar ainda outro parecer noutra comissão parlamentar. Deu-se, assim, início à:

Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII - Aprova o Orçamento do Estado para 2013

Usou da palavra o Sr. Deputado Nuno André Figueiredo (PS), para apresentar o parecer, destacando alguns aspetos da proposta de lei relacionados com a defesa nacional. Declarou-se honrado pelo facto de ter sido nomeado para a elaboração do parecer e agradeceu a indispensável colaboração do assessor do seu grupo parlamentar, Dr. Horácio Vale César, na elaboração do mesmo.

De seguida usaram da palavra os Senhores Deputados João Soares (PS), José Lello (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Helder Sousa Silva (PSD), que felicitaram o relator pelo parecer apresentado. O Senhor Deputado José Lello (PS) fez ainda algumas



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

considerações sobre a proposta de lei, que considerou colocar em sério risco a sustentabilidade das Forças Armadas, nada trazendo de novo a não ser desinvestimento nas Forças Armadas e redução dos meios de que dispõem para cumprir as missões que lhes cabem. O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) fez uma sugestão de alteração de redação no ponto relativo ao esforço nacional em missões internacionais e de paz, substituindo a expressão «manutenção» por «reforço», dado a proposta de lei contemplar um efetivo reforço da verba a tal destinada, sugestão que foi aceite pelo Senhor Deputado autor do parecer.

Submetido à votação, o parecer sobre a proposta de lei n.º 103/XII foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

1. Aprovação das atas n.ºs 70 e 71/XII;

De seguida, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 70 e 71/XII/2.ª SL, relativas às reuniões havidas nos dias 10 e 16 de outubro, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do BE.

2. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 281/XII - Determina a reabertura da possibilidade de requerer a reintegração ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril (BE);

Usou da palavra o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) para a apresentar o parecer, recordando que esta iniciativa do BE fora apresentada na sequência da retirada de outra de teor semelhante apresentada pelo mesmo grupo parlamentar, de forma a corrigir alguns dos aspetos que tinham sido alvo de crítica. Fez depois uma breve resenha histórica da legislação na matéria e das várias possibilidades legais que, ao longo dos anos, foram sendo dadas aos militares no sentido de requerem a reintegração nas Forças Armadas.

Usou da palavra nesta matéria o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD), que felicitou o autor do parecer e manifestou as reservas do seu grupo parlamentar quanto à iniciativa sobre a qual o mesmo incide. O Senhor Deputado João Soares (PS) felicitou também o autor do parecer e solicitou alguns esclarecimentos sobre o âmbito de aplicação da iniciativa, tendo o Senhor Deputado João Rebelo esclarecido que, de acordo com os proponentes, é aplicável aos militares que contribuíram para a «queda do regime fascista».



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

Submetido à votação, o parecer sobre o projeto de lei n.º 281/XII foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

3. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 100/XII - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013

Usou da palavra o Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) para apresentar o parecer, sublinhando que, tal como em anos anteriores, a proposta de lei das Grandes Opções do Plano pouco contém quanto à área de competências da Comissão. Acrescentou haver uma referência à continuação do projeto de extensão da plataforma continental e colocou à consideração da Comissão a inclusão dessa menção no parecer, o que mereceu o consenso dos presentes.

Usaram da palavra sobre a questão o Senhor Presidente e os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP) e João Soares (PS), que felicitaram o relator e fizeram algumas considerações sobre a iniciativa. O Senhor Deputado João Soares fez, a este propósito algumas observações sobre a grave situação em que se encontram as Forças Armadas, considerando existir da parte do Governo uma clara ausência de plano e estratégia para este sector.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) agradeceu os cumprimentos e afirmou a discordância do seu grupo parlamentar quanto às observações do Senhor Deputado João Soares relativamente à atuação do Governo.

Submetido à votação, o parecer sobre a proposta de lei n.º 100/XII foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

5. Apreciação da proposta do GP/PS para a realização de um encontro da Comissão com o Comandante Supremo das Forças Armadas;

Usou da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS), que recordou ter já a apresentado esta proposta em reunião anterior e reiterou a importância deste encontro.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) considerou inexistir enquadramento legal para este encontro, afirmando que o relacionamento formal entre a Comissão e o Senhor Presidente da República é assegurado no Conselho Superior de Defesa Nacional, onde têm assento o Presidente da Comissão, por inerência, e dois Deputados eleitos pela Assembleia. Assim, disse ser entendimento do seu grupo



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

parlamentar que, se a Comissão entender fazer chegar alguma comunicação ao Senhor Presidente da República deve fazê-lo através do Conselho Superior de Defesa Nacional e que, se o Senhor Presidente entender convidar a Comissão esta terá muita honra em responder. Concluiu assim que o seu grupo parlamentar entende não dever apoiar esta iniciativa por falta de enquadramento legal para a mesma e por existirem canais formais para este relacionamento institucional.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) afirmou concordar com o orador antecedente e referiu-se ao encontro da Comissão com o então Senhor Presidente da República Jorge Sampaio, a convite deste, recordando o enquadramento da mesma na época. Considerou que a iniciativa para um encontro destes não deve partir da Assembleia e recordou que a representação da Assembleia no Conselho Superior de Defesa Nacional foi reforçado em 2005, com a inclusão como membro do Presidente da Comissão de Defesa Nacional.

O Senhor Deputado João Soares (PS) felicitou o Senhor Deputado Miranda Calha pela proposta que apresentou. Considerou que o argumento formal invocado pelo PSD não tem razão de ser, recordando a este propósito que é um dos membros do Conselho Superior de Defesa Nacional. Reiterou o seu entendimento de que a Comissão tem obrigação e condições para desempenhar um papel relevante, não podendo remeter-se a uma lógica burocrática. Disse entender que a proposta em apreciação coloca a Comissão no plano em que ela deve estar e sublinhou que a Comissão tem o direito de discutir os assuntos na sua área de competências com qualquer entidade, nomeadamente o Comandante Supremo das Forças Armadas.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) referiu que a sua ideia era simplesmente propiciar um encontro da Comissão de Defesa Nacional com o Comandante Supremo das Forças Armadas que permitisse à Comissão conhecer a visão do mesmo para as Forças Armadas, relativamente às quais a Comissão tem também competências especiais. Sublinhou que pretendeu apresentar uma sugestão que reunisse consenso, mas que a resposta do PSD veio noutra plano. Fez também algumas considerações a propósito das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado e ainda sobre o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, sobre o qual sublinhou que a Comissão ainda não recebeu qualquer informação, para concluir que a questão essencial é a de saber qual é a estratégia para as Forças Armadas, para a defesa nacional em geral, para o mar, etc. - em síntese, para o País. E terminou



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

referindo que foi nesse plano que considerou que seria interessante que a Comissão pudesse conhecer a visão do Comandante Supremo das Forças Armadas.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado João Soares (PS) para referir que a expressão de opiniões das diversas bancadas não significa que o Senhor Presidente da Comissão não possa tomar uma iniciativa nesse sentido, com a legitimidade de que dispõe e que é reconhecida por todos.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 13:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2012.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 72/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
António Filipe
Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
José de Matos Correia
José Lello
Miranda Calha
António Prôa
Jorge Machado
Nuno André Figueiredo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joaquim Ponte
Marcos Perestrello
Pedro do Ó Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares
Luís Vales
Mariana Aiveca
Mónica Ferro
Odete João
Rosa Maria Bastos Albernaz